

1 **ATA DA 16ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE**  
2 **ACOMPANHAMENTO DO PLANO DA BACIA PARANÁ 3 -**  
3 **CTPLAN.**

4 Em treze de agosto de 2014, às nove horas, na sala de reuniões do Instituto Ambiental do  
5 Paraná, reuniram-se os integrantes da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano da  
6 Bacia Paraná 3 - CTPLAN, para a 16ª reunião, presentes Gumercindo Nogueira Brito  
7 (ÁGUASPARANÁ) Fabio Augusto Gallassini (ÁGUASPARANÁ); Gilmar Jeferson  
8 Paludo (SEMA), Fabiana Kaninoski Portolan (LAR), Luiz Suzuke (ITAIPU); Armin Feiden  
9 (UNIOESTE); Tânia Maria Iakovacz Lagemam (PREFEITURA DE TOLEDO), Adalberto  
10 Talesca Barbosa (EMATER), Fabio Leal Oliveira (SANEPAR), Roseleia Martini (SAAE),  
11 Vicente de Paulo Fernandes Valério (CERVEJARIA COLÔNIA), Genuir Nodari  
12 (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TOLEDO), Silvio Bender (IAP -  
13 TOLEDO), Maria Gloria G. Pozzobon (IAP - TOLEDO), Claudiane Moretti (LAR) Edielly  
14 Santiago Zortéa (ÁGUASPARANÁ), Evelin Maria Muller (SEMA), para discutirem a  
15 seguinte pauta: 1. Apresentação do relatório final consolidado das Consultas Publicas –  
16 Professor Dr. Armin Feiden da Unioeste. Iniciada a reunião, o presidente Fabio Leal  
17 Oliveira agradeceu a presença de todos os presentes. Em seguida passou a palavra ao  
18 professor Armin, que falou que as contribuições foram enviadas para os integrantes via  
19 email. Luiz Suzuke sugeriu que as contribuições, elencadas em número de 45, em forma de  
20 tabela, fossem consolidadas em agrupamentos de forma a facilitar o trabalho de análise da  
21 CTPLAN, Gumercindo perguntou se as contribuições já estão contempladas no plano de  
22 bacia hidrográfica, foi respondido que sim, que cada contribuição está prevista no plano. Na  
23 sequencia discutiu-se o resultado para cada contribuição: Contribuição 1. Abrir  
24 oportunidade de contribuições no site AGUAS PARANÁ de 30 a 60 dias. Resultado:  
25 Atendido; 2. Ações em relação a agrotóxicos, suínos, sementes, erosão, lixo e saneamento  
26 básico. Resultado: Atendido por legislações específicas, apoio à campanhas e demandas  
27 específicas; 3. Projetos que oportunizem à população a conhecerem os rios que fazem parte  
28 da Bacia Hidrográfica a qual pertence sua cidade. Resultado: Disponibilizar materiais para

29 prefeituras; incentivar inclusão nos planos municipais; 4. Como se pretende resolver os  
30 problemas de drenagem urbana, já que os municípios estão com dificuldades financeiras.  
31 Resultado: Cabe ao plano de saneamento municipal podendo o comitê atender demandas  
32 pontuais; 5. Solicita ações para articular os Planos de Proteção e Defesa Civil com os  
33 Planos Diretores, os Planos de Resíduos junto com o Plano de Bacia Envolver a defesa civil  
34 municipal nos programas de gestão de recursos hídricos, interligando com os planos  
35 diretores e os planos de contingência. Resultado: Essa integração deve ocorrer  
36 predominantemente a nível municipal, pois o plano de bacias atua em nível macro; 6.  
37 Elaborar plano de auxílio mútuo para a gestão de vazamentos de produtos perigosos  
38 contemplando treinamentos, materiais, veículos e um plano de chamada com as instituições  
39 afetadas. Resultado: Possui legislação específica; 7. Trabalhar a prevenção do afogamento  
40 dentro do programa ambiental. Resultado: Possui legislação específica, sendo  
41 responsabilidade da Defesa Civil; 8. Criar grupos de trabalho para captação de recursos  
42 para aplicar na gestão da água. Resultado: É a função do Comitê de Bacia Hidrográfica; 9.  
43 Promover a gestão em microbacias. Resultado: Já contemplado no plano de bacia  
44 hidrográfica; 10. Incentivar o menor uso de agrotóxicos em nossas águas e nos alimentos.  
45 Resultado: Já Possui legislação e programas específicos; 11. Incentivar a produção de  
46 fertilizantes orgânicos e biofertilizantes. Resultado: Já possui legislação e programas  
47 específicos; 12. Afirma que um dos maiores anseios do público em relação à consulta  
48 pública era em relação à cobrança da água e que o assunto foi deixado em segundo plano.  
49 Perguntou se o assunto será retomado em outras consultas ou audiências públicas.  
50 Resultado: Será tratado em comissão específica da CTCOB; 13. Pergunta por que o  
51 agronegócio incentiva apenas o plantio de eucalipto e não valoriza a propriedade que possui  
52 um manejo integrado de mata nativa. Resultado: Contemplando no plano, com pagamento  
53 por serviços ambientais; 14. Perguntou o que o plano de bacia prevê na questão do manejo  
54 que compreende os corredores de biodiversidade. Resultado: Já possui legislação e  
55 programas específicos; 15. Pergunta se existe uma estratégia prevista para que os  
56 municípios internalizem a importância da manutenção de seus recursos naturais por

57 intermédio de políticas públicas locais. Resultado: O plano prevê apoio à capacitação aos  
58 gestores; 16. Implantar nos municípios a política municipal de educação ambiental.  
59 Resultado: Possui legislação municipal própria; 17. Educação Ambiental. Resultado: (item  
60 interligado com os itens 32, 35, 36, 37 e 38, que foram agrupados) Implantar a  
61 obrigatoriedade de recuperação das nascentes em cada propriedade; Elaboração de um  
62 amplo programa de recuperação e preservação de nascentes, em microbacias; Utilização de  
63 águas superficiais. Resultado: Existe legislação Federal, Estadual e Municipal própria sobre  
64 o assunto. Plano já prevê apoio à Educação Formal e Não Formal. Cabe também aos  
65 municípios apoiar ações nesses itens; 18. (item interligado com os itens 33 e 42) Implantar  
66 a reciclagem de lixo orgânico; Para os municípios que não tem coleta seletiva, implantar  
67 com urgência; Coleta de lixo eletrônico. Resultado: possui legislação própria. Os planos  
68 municipais de gestão de recursos hídricos devem abordar este tema. O plano poderá apoiar  
69 ações específicas; 19. (item interligado com itens 20 e 21) Implantar a reciclagem de lixo  
70 orgânico, implantando com urgência para os municípios que não tem coleta seletiva, Coleta  
71 de lixo eletrônico — pontos de coleta específicos e alternativas de tratamento, O lixo  
72 eletrônico deve ser feito uma via de mão dupla, onde o fornecedor/vendedor dos produtos  
73 tem a obrigatoriedade do destino final dos produtos comercializados, Logística Reversa:  
74 lixo eletrônico, lâmpadas, pneus e outros. Fortalecer a coleta de lixo eletrônico, disposição  
75 final de resíduos eletrônicos, coleta de lixo eletrônico – Ecoponto de coleta de lixo  
76 eletrônico, ao menos uma vez por mês. Resultado: Cabe aos planos municipal de  
77 saneamento; possui legislação própria em fase de regulamentação quanto à logística reversa;  
78 22. (item interligado com itens 30 e 28) Criar um capítulo sobre Recomendações  
79 Transitórias; Mapeamento de boas práticas; Pagamento por serviços ambientais; Florestas;  
80 Recuperação e preservação de nascentes, fortalecendo assim a capacidade hídrica dos rios  
81 da BP3; Propor parceria financeira para as propriedades que preservam a  
82 água/manancial/florestas, como forma de valorização e continuidade da preservação  
83 ambiental adequada. Resultado: Possui legislação própria, aguardando regulamentação;  
84 boas práticas já foram abordadas no item sobre educação ambiental; 23. Incentivar o uso

85 de biodigestores; Plataformas de Energias Renováveis; Placas solares em prédios públicos e  
86 residenciais. Resultado: Possui legislação própria, o plano deve apoiar ações pontuais; 24.  
87 Após a realização das Consultas Públicas nos municípios, solicitam uma Audiência Pública  
88 de Consolidação das propostas e sugestões referentes ao Plano. Resultado: O  
89 CTPLAN/Comitê entende que Audiência Pública não é o mais indicado, uma vez que já  
90 foram realizadas 4 consultas públicas. O Comitê realizará uma apresentação do Plano em  
91 um evento específico aberto para a Comunidade; 25. Apresentar trabalhos e estudos  
92 relativos mudanças climáticas, pois possuem uma relação direta com a temática água.  
93 Resultado: O Plano prevê apoio para ações educativas formais e não formais que podem  
94 promover boas práticas. Poderão ser apoiadas ações específicas. 26. (item interligado com  
95 item 41) Educar para o reuso da água, colocando os projetos da construção civil,  
96 principalmente os públicos para que possam ter o sistema de reuso adequado da água dos  
97 empreendimentos. Resultado: O plano prevê apoio para ações educativas formais e não  
98 formais que podem promover boas práticas em relação ao reuso de água e utilização de  
99 cisternas. Poderão ser apoiadas ações específicas. 27. (item interligado com item 29 e 40)  
100 Monitoramento da qualidade da água dos rios através do monitoramento participativo —  
101 Este monitoramento tem como premissa a participação de agentes comunitários para a  
102 realização do monitoramento biológico e físico-químico em rios, por acreditar que o  
103 envolvimento da comunidade neste processo enraíza o conhecimento e fortalece as  
104 comunidades que passam a conhecer a qualidade da água em sua região; Análise de Água  
105 Monitoramento — através de pesquisas em laboratórios por metais pesados, hormônios,  
106 micro poluentes e eutrofização. Resultado: Cabe mais aos planos municipais; poderão ser  
107 apoiadas ações específicas. 31. Monitoramento efetivo das águas lançadas por empresas  
108 nos corpos hídricos. Resultado: Já tem legislação específicas que obriga às empresas a fazer  
109 o auto monitoramento e o órgão ambiental faz o acompanhamento através do licenciamento  
110 ambiental e fiscalização; as empresas são obrigadas a ter outorga de lançamento de  
111 efluentes. 34. Promover a capacitação para Gestores, Professores, Técnicos e Lideres  
112 Comunitários para uma Cultura de Sustentabilidade em Comunidades Sustentáveis;

113 Fomentar a Cultura da Sustentabilidade através da Educação Ambiental. Resultado: Já está  
114 previsto no plano. 39. Novas tecnologias e o valor empregado para a dessalinização da água  
115 (fator de impacto). Resultado: O comitê poderá poiar ações específicas ou pesquisas. 43.  
116 Relato da situação da Cervejaria do grupo INAB, que quando instalada na região, a mais de  
117 20 anos, estava totalmente fora da área urbana de Toledo, mas que agora está praticamente  
118 no centro da cidade; Relato de que o Arroio Marreco tem limitações em relação a vazão e  
119 que a exigência em relação ao tratamento dos efluentes é elevada. A solução proposta pelo  
120 Instituto de Águas foi a elaboração de uma tubulação para o lançamento dos efluentes da  
121 indústria, num ponto bem abaixo, mas terá a questões de custo e envolvimento dos  
122 proprietários de terras por onde deverá passar o emissário e que, para uma empresa que já  
123 está instalada, é um custo muito alto. Pergunta: Como o Comitê estaria interagindo neste  
124 aspecto? Resultado: No momento este tema está em estudo, podendo ou não ter ações para  
125 viabilizar apoio a estas demandas. 44. Solicitação sobre como está a questão da liberação da  
126 exploração do gás do xisto, pelo método do faturamento hidráulico, o chamado “*fracking*”,  
127 na região da BP3. Resultado: Este assunto tem legislação federal. 45. Relato sobre a  
128 situação da contaminação das águas do Rio São Francisco, segundo afirmação que se não  
129 fosse o esgoto de Cascavel, lançado no Rio São Francisco Verdadeiro, Toledo teria água  
130 disponível para abastecimento público possivelmente até o ano de 2.300, mesmo com  
131 população em torno de 1 milhão de habitantes. Em seguida foi feita a seguinte pergunta: A  
132 Sanepar está propondo a seguinte solução, tendo em vista o manancial do Rio Toledo estar  
133 exaurido, que entre 10 e 15 anos será necessário captar água no Rio Santa Quitéria, em um  
134 ponto a 20 km de Toledo, a um custo muito elevado. Pergunta assim se não seria mais fácil  
135 e barato transferir o esgoto da ET-Norte de Cascavel e jogá-lo para a ET-Sul, de forma a  
136 liberar o Rio São Francisco Verdadeiro desta elevada carga de efluentes? *Mesma*  
137 preocupação que já foi em uma audiência na formatação da última atualização do Plano  
138 Diretor de Toledo, em relação ao novo Zoneamento Industrial que foi feito neste plano, e  
139 que contempla a criação da Zona Industrial de Sol Nascente, uma grande área industrial e  
140 cuja área já foi efetivamente adquirida pela Prefeitura Municipal de Toledo; espera-se que

141 os planejamentos feitos para prevenir futuras contaminações sejam efetivamente feitos, em  
142 relação ao tipo de efluente industrial que se vai ter e da forma como se está fazendo o  
143 tratamento, sob risco de provocar o agravamento de problemas que já estão ocorrendo em  
144 Toledo, principalmente no verão, de detergentes em áreas residenciais, de elevados volumes  
145 de mosquitos que não eram comuns até pouco tempo; importância dos Planos de  
146 Saneamento, não só de Toledo, mas de todos os municípios da região. E que isto seja  
147 avançado, talvez através da AMOP, de uma avaliação dos municípios que estão sendo  
148 afetados e, as vezes, também afetando outros municípios da região de uma forma bastante  
149 grave e que este problema, se não for avaliado e solucionado, poderá trazer problemas e  
150 conflitos de água bem sérios. Resultados: É um assunto relevante, das inter-relações entre  
151 os municípios em relação à demanda por água e é sugerida a criação de uma comissão  
152 específica pelo comitê de bacias para estudar o assunto e antecipar soluções para evitar  
153 conflitos futuros. Vencida a pauta, o presidente terminou da reunião, agradecendo a  
154 presença de todos os conselheiros presentes. O secretário *ad hoc* Gilmar Jeferson Paludo,  
155 com colaboração da Srta. Evelin Maria Müller lavrou a presente ata.